



## A PROTEÇÃO DE DADOS COMO INSTRUMENTO LEGAL PARA COMBATER O ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO NO ÂMBITO ELEITORAL-DIGITAL.

*Jeremias Santos de Jesus, Marcio Ricardo Staffen.*

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas  
Direito - Direito Público

A medida em que a sociedade se digitaliza, ocorre a migração de relações para o ambiente virtual, conduzindo à superação do entendimento da internet apenas como um espaço de entretenimento e situando-a como parte da realidade social de abrangência cada vez maior. Este entrelaçamento das duas realidades traz consigo uma característica central: As ações promovidas no ambiente virtual, ainda que aparentemente inofensivas, são capazes de provocar efeitos reais, sobretudo no âmbito do exercício da cidadania e da democracia na sociedade contemporânea. O que torna necessária a abordagem do tema com vistas à projeção de soluções ponderadas, de maneira a não provocar restrições aos direitos dos usuários, reduzindo-se, ao mínimo, a utilização de critérios subjetivos baseados na valoração dos conteúdos divulgados por candidatos e eleitores na internet, dentro de parâmetros salutares ao livre desenvolvimento da personalidade, dos direitos políticos e, conseqüentemente, da democracia. Partindo deste entendimento, através do método indutivo, a pesquisa objetivou responder o seguinte problema: “Por que a proteção de dados deve assumir o ponto central na construção de soluções para os problemas relacionados a desinformação propagada no meio digital, especialmente no âmbito eleitoral?”. Para tanto, foi estabelecido o liame entre proteção de dados e propaganda eleitoral, a partir dos problemas ocorridos nas últimas eleições, em contexto internacional, tidos como fator comum a digitalização das relações sociais. Demonstrando-se que a nova realidade tecnológica permite que as atividades de identificar e analisar padrões humanos, inferir gostos e ideais, assim como adotar estratégias com alto grau de probabilidade de sucesso para garantir o alcance do objetivo, sejam maximizadas através da automatização, podendo alcançar milhões de pessoas em curto espaços de tempo. O que no contexto eleitoral, pode ser utilizado estrategicamente para divulgação de informações com vistas a promover pautas e ideias, notadamente como forma de influenciar a opinião pública e trazer resultados eleitorais. O que é feito com a utilização de um “insumo” extremamente importante: Os dados pessoais. Tal relação é aferível a partir da compreensão de técnicas como “microtargeting”, definido como uma forma de publicidade direcionada on-line que analisa dados pessoais para identificar os interesses de um público ou indivíduo específico, a fim de influenciar suas ações. De maneira agregada, demonstrou-se o papel do direito fundamental a proteção de dados como dimensão do direito à privacidade, e sua importância para a garantia do poder individual das pessoas. Poder este, consubstanciado na liberdade de escolha, que assume dois sentidos: A possibilidade do desenvolvimento individual sem interferências indevidas ou arbitrárias e a capacidade de autodeterminação e autogoverno essencial para o exercício consciente da democracia, notadamente na formação da opinião pública que fundamentará as decisões nos processos democráticos. A partir disso entende-se que o tratamento de dados pessoais em determinados contextos no âmbito eleitoral pode configurar um risco à democracia pois combinando dados coletados junto com algoritmos para análise de padrões de comportamento, as liberdades essenciais à democracia são passíveis de manipulação, considerando que os cidadãos tornam-se objetos de técnicas e tecnologias cuidadosamente estruturadas e pensadas para atingir objetivos que muitas vezes não são claros à sociedade. Ante o exposto, a proteção de dados assume um papel imprescindível como um instrumento legal eficaz na tarefa de combater o abuso do poder político e econômico no âmbito da propaganda eleitoral na internet, porque garante a liberdade de escolha dos indivíduos, e possibilita o livre desenvolvimento da personalidade essenciais para o exercício da democracia.

Palavras-chave: Proteção de dados, Privacidade, Propaganda eleitoral, Democracia..  
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI